

A Amazônia: O desrespeito ao Meio Ambiente*

CLÁUDIO ANTONIO DE MAURO**

Têm sido repetidas as denúncias sobre o uso indevido da terra na Amazônia, por especialistas das mais diversas áreas do conhecimento. Entretanto, nos últimos vinte anos constatava-se a impossibilidade de se conseguir mudanças nas políticas do governo federal dirigidas para a área. Com a eleição do Presidente Tancredo Neves a nação recebeu o aceno de mudanças e se propõe a discutir, com maturidade ou não, seus problemas. A Amazônia não poderá ficar fora desse debate. É dentro dessa perspectiva que se torna indispensável o fornecimento de dados e conteúdo por parte da comunidade científica para que este assunto, tão importante, seja tratado com toda a maturidade e respeito que a Amazônia merece.

1. O NOVO GOVERNO E A AMAZÔNIA

Em janeiro de 1985, o Brasil negociava uma nova Carta de Intenções (7^a) com o Fundo Monetário Internacional (FMI), na qual pretendia juros menos elevados e uma carência de 7 anos para pagamento da Dívida Externa Brasileira. O momento era de expectativa, à medida em que, no mês de março assumiria a nova equipe de governo liderada pelo Presidente eleito por via indireta, Tancredo de Almeida Neves. Tancredo, em entrevista coletiva à grande imprensa nacional e internacional, garantiu que o enfoque de sua equipe, na negociação da Dívida Externa, seria muito diferente daquele dado pelos Governos Militares que representaram o golpe militar de 1964.

* Colaboração dos Professores Carmem Sílvia Corrêa Bueno (Rio Branco — Ac), José Raimundo Lopes da Costa (Itacoatiara — Am.), Lúcia Aleixo dos R. do Nascimento, Evanise Lobo e Raimunda Adriana Gomes de Souza (Humaitá — Am.).

** Departamento de Planejamento Regional
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
UNESP — Campus de Rio Claro.

O enfoque do Presidente Tancredo era aguardado com ansiedade, uma vez que a Amazônia sempre atraiu olhares especiais de muitos países desenvolvidos. São diversos os projetos, com ou sem a participação de organismos nacionais, que envolvem países como Estados Unidos, Japão, Alemanha e Inglaterra, principalmente. A Amazônia tem desfrutado da cobiça internacional, à medida em que é considerada como um dos possíveis celeiros do Mundo e pelas riquezas minerais e vegetais, que ostenta em seu território.

Em entrevista coletiva concedida pelo Presidente eleito, no Plenário da Câmara dos Deputados em Brasília, ele repudiou a idéia de moratória unilateral e assumiu o débito com os Bancos Internacionais, advertindo: — “Devemos aos nossos credores, dinheiro. Não se paga dinheiro com fome, miséria e desemprego dos cidadãos brasileiros.”

Se hoje em dia não dá para se conseguir uma transformação social no País, na qual a Nação participe efetivamente da resolução de seus problemas, e na qual as populações carentes sejam englobadas à frente do processo, com respeito à dignidade, entretanto, esperava-se um novo rigor no tratamento dos problemas brasileiros, com uma repartição mais equânime dos pesados tributos deixados pelos governos anteriores. O que realmente preocupava era a chamada “retomada do crescimento” proposta pelo Presidente eleito e sua equipe. Antes de se implantar esse “crescimento” há de se discutir o significado e o conceito dessa expressão.

Durante os anos do período 1964-1984 o Brasil inchou. Não há como desconhecer os progressos obtidos nas áreas dos transportes e das comunicações, as construções de grande porte ligadas ao campo das Energias. Entretanto, a nação jamais foi consultada sobre seus interesses. Afinal, quais são as perspectivas de nossa gente?

Esse imenso erro político e de estratégia trouxe repercussões graves no campo social. As populações carentes ficaram à margem do processo de crescimento, na espera de que o “bolo crescesse para então ser repartido”. Deixou-se de investir condignamente na alimentação, na saúde, na educação e adotou-se uma política habitacional obsoleta, desastrosa. Os empréstimos obtidos dos Bancos Internacionais foram empregados em grandes obras questionáveis quanto a suas validades. Em muitos casos, mais pareciam a canalização obrigatória para os recursos trazidos do estrangeiro, a partir de acordos como o Brasil-Alemanha, do qual resultou o compromisso de construção das Usinas Angra I e II, até hoje seriamente comprometidas. Portanto, redefinir essa “retomada do crescimento”, torna-se indispensável no momento em que toda a nação espera impaciente a solução e o encaminhamento de seus problemas mais elementares para a sobrevivência.

Há de se considerar que a trajetória para o desenvolvimento passa obrigatoriamente pela solução dos problemas básicos dos homens: a alimentação, a saúde, a educação, a habitação, a preservação do meio ambiente, o lazer. Com ou sem emprego, os homens devem ter essas suas necessidades

atendidas. O desemprego e a falta dos elementos mínimos para a vida humana são problemas coletivos e não individuais de quem está desempregado.

Se é tão fácil a elaboração de uma relação dos problemas fundamentais que afligem o homem, não é tão mais fácil resolvê-los. Entretanto, a grande dificuldade que a humanidade tem que enfrentar é a ganância e o egoísmo daqueles que querem tudo para si.

Para que se possa acreditar que um novo governo irá efetivamente se concentrar na solução desses problemas do homem e, portanto, promover o desenvolvimento, há de se verificar os compromissos por ele assumidos com aqueles que trabalham. Não há como aceitar que aquele que trabalha, por mais simples que seja sua atribuição, fique sem o mínimo necessário para sobreviver. Quem determinou que um trabalho é mais digno do que outro? É dentro desse quadro, e com todos esses problemas para serem tratados, que o novo Presidente receberia a Amazônia.

Durante sua campanha para a Presidência da República, o senhor Tancredo Neves teve como prioritária a discussão de problemas do Nordeste, no enfoque das questões referentes às regiões brasileiras. Preocupado com isso, o repórter Ossian Brito, do Jornal *Liberal*, de Belém do Pará, indagou ao Presidente eleito: “. . .durante a peregrinação cívica empreendida, V. Exa. quase só deu ênfase ao Nordeste, região tão problemática quanto à Amazônia. Por que a SUDAM, o BASA, a SUFRAMA são órgãos de desenvolvimento permanentemente sem recursos para atender aos programas de sua ação? E na Amazônia, por isso, foram eleitos os governadores de oposição. Diga algo, Exa., à respeito, como alento aos que estão esperançosos com a Nova República, já que foi divulgado que o deputado Roseburgo Romão, do PMDB de Minas Gerais, encaminhou-lhe um estudo para criação de dezoito novos Estados Brasileiros, sendo cinco no Pará”. Dessas questões, Tancredo esquivou-se com habilidade, entretanto afirmou:

“Eu quero ponderar ao meu caro amigo, que as suas observações de que eu tenho me omitido com referência ao Norte, à Amazônia, são improcedentes. Nós fizemos juntamente com o Deputado Ulysses Guimarães e outros líderes da Aliança Democrática — inclusive com o senador José Sarney, que é meio nordestino e meio homem da Amazônia, tanto quanto falamos em Belém, quando falamos em Rio Branco, quando falamos em Porto Velho, quando falamos em Manaus, nós tivemos oportunidades de colocar, em toda a sua nitidez, os problemas da Amazônia. E criamos durante a campanha um simpósio de técnicos os mais abalizados, para toda a reformulação da problemática da Amazônia. Esse trabalho está concluído e será um dos roteiros de nossa atuação política em direção à Amazônia. Nós não subestimamos a Amazônia. Sabemos que ali existe um outro Brasil, eu diria melhor, ali existe um outro continente, e preservar a Amazônia, torná-la sempre cada vez mais brasileira, recuperá-la econômica e socialmente, é realmente uma das tarefas que nenhum governo no Brasil pode dela omitir-se”.

Com a morte de Tancredo Neves seus compromissos foram reiterados pelo seu vice e atual Presidente da República, José Sarney. E é dentro da expectativa gerada pelo Novo Governo e com esse discurso, com apoio da Nação, que se esperam medidas sólidas e responsáveis no tratamento da Amazônia. A todos os brasileiros cabe oferecer conhecimentos e torná-los acessíveis às camadas da população, ampliando assim a massa crítica, para que os grupos sociais unam-se, organizem-se e lutem para o cumprimento de suas mais legítimas aspirações.

2. ALGUNS FATOS GEOGRÁFICOS IMPORTANTES

Neste trabalho entende-se por Amazônia as áreas que estão englobadas em mais de 2,5 milhões de quilômetros quadrados, principalmente na Região Norte do Brasil, e que receberam a denominação de Domínio das Terras Baixas Florestadas da Amazônia por Ab'Saber (1971). O autor considerou que a Amazônia é marcadamente zonal, constituída de "... planícies de inundação labirínticas (rio Amazonas) e meândricas (maioria dos afluentes do rio Amazonas), tabuleiros de vertentes convexas, morros baixos mamelonares ou semi-mamelonares nas áreas que bordejam a bacia sedimentar amazônica, relevos residuais representados por "pães de açúcar" que, por diversas vezes durante o Quaternário, já foram "inselbergs"; fases de pediplanação neogênicas e níveis de pedimentação discretamente embutidos; terraços mantidos por cascalheiras ou por crostas de lateritas, rios negros nos elementos autoctones da drenagem; drenagem extensivamente perene".

Na era Paleozóica, o atual território pertencente ao Brasil era constituído de Escudos Cristalinos e de imensas bacias que recebiam os sedimentos procedentes das partes mais elevadas do relevo. A Amazônia constituía-se em uma dessas bacias com característica de graben. Durante muito tempo essa bacia esteve ocupada por um canal oceânico, que fazia a ligação dos oceanos Atlântico e Pacífico. Muitas camadas de sedimentos procedentes dos Escudos depositaram-se em épocas nas quais a bacia estava submetida à ação oceânica, e outras camadas em épocas nas quais a bacia estava emersa e, portanto, já era continente.

Na Era Paleozóica, o atual território pertencente ao Brasil era constituído e recobertos pela ocorrência de vulcanismos que expeliram lavas, cinzas e intrudiram material magmático, elaborando diques e sills. Conforme as datações do palinólogo Daemon (1975), desde a era Mesozóica ocorreram outras fases de deposição de sedimentos. Neste caso foram apenas sedimentos continentais que receberam a denominação de Formação Barreiras. É possível que o término dessas deposições tenha ocorrido no Plioceno, na era Cenozóica. Quem andar pela Amazônia, em seus Planaltos Sedimentares, nas chamadas Terras Firmes, geralmente verá rochas de coloração variada entre o amarelo, o vermelho, o cinza e o roxo, todas elas com

textura arenosa, siltosa ou argilosa. Quase sempre essas rochas vistas compõem o Grupo Barreiras ou a Formação Solimões na Amazônia Ocidental.

Os pesquisadores da PETROBRÁS dividiram os sedimentos Barreiras em duas Formações, que denominaram de Formação Alter do Chão Superior e Formação Alter do Chão Inferior (vide Cunha, 1973). No município de Alter do Chão, localizado pela margem direita do rio Tapajós, no Estado do Pará, a PETROBRÁS fez uma sondagem que registrou cerca de 530m de espessura para esses sedimentos inconsolidados. LOCZI (1977) acredita, com outros autores, que durante o Terciário Médio os rios corriam para o oceano Pacífico erodindo e depositando espessas camadas de sedimentos na parte ocidental do Alto Amazonas.

Somente depois que esses sedimentos depositaram-se, ou seja somente após o Plioceno, é que houve condições para a organização da rede de drenagem que compõe a bacia hidrográfica amazônica. Isto equivale a dizer que a rede de drenagem amazônica, como está se organizou na era Cenozóica, no período Quaternário.

Os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores de diversas especialidades, em especial no Projeto RADAMBRASIL, demonstram que durante o período Quaternário a Amazônia teve fases em que suas condições climáticas eram bem mais secas do que a atual. Atualmente, as chuvas médias anuais, embora variando em cada setor da Amazônia, é sempre superior aos 1.800 mm. Daqueles períodos secos resultaram imensas superfícies de aplanamento (pediplanos), couraças ferruginosas, aluminosas (bauxitas), manganíferas, comumente chamadas de lateritas, paleossolos fossilizados e formações vegetais do tipo cerrado e campo, além de outras evidências.

Os geógrafos especializados no estudo da Geomorfologia detectaram que a última fase de clima seco, que atuou na Amazônia com maior intensidade, ocorreu no final do Pleistoceno. Este parecer é ratificado pelos engenheiros florestais que reconhecem que a Floresta Amazônica, como existe, data de aproximadamente 10.000 anos antes do presente.

Por esses motivos, podemos afirmar que o ambiente amazônico é muito recente, em relação à idade de 5 bilhões de anos atribuída pelos geólogos e pelos astrônomos para a formação do planeta Terra. Pode-se afirmar que muitos dos setores amazônicos ainda não se adaptaram perfeitamente ao clima quente e úmido que se generaliza pela Região. Tanto é assim que ainda existem diversos setores em que a vegetação de Cerrado e de Campo, mantém-se como relíquia (Meggés & Evans, 1973, e Valverde et alii, 1979). Algumas das evidências mais importantes que fundamentam essas afirmações são dadas pelos campos de Humaitá, Igarapé-Preto e Puciari, no Amazonas e Rondônia, pelos campos de Boa Vista com Roraima, caatingas do Rio Negro, no Amazonas, e campos de Ariramba, no Pará. Portanto, a Floresta Amazônica, que caracteriza e é visualmente o modelo do ambiente amazônico, é muito jovem.

A Amazônia tem apresentado diversos ambientes, jovens e dinâmicos, sujeitos à constantes modificações. Todo esse dinamismo é demonstrado

pelas planícies fluviais ou várzeas que se prolongam pelas margens do rio Amazonas e da maioria dos seus afluentes. As marcas de cordões compostos por sedimentos recentes, depositados por rios, acusam as variações dos cursos d'água dentro de suas planícies. Os inúmeros furos e paranás, que interligam os rios a lagos e a outros rios, configuram uma rede de drenagem cuja complexidade foi ressaltada por Aziz N. Ab'Saber, correlacionando-a a labirinto. Este emaranhado de canais fluviais, em muitos casos são reversíveis, isto significa que na época das cheias escoam as águas dos rios para dentro dos lagos, localizados nas várzeas. Na vazante drenam dos lagos para os canais principais. Somente os trabalhos de campo permitem, após muitos estudos, o conhecimento ainda que elementar da complexidade da rede de drenagem amazônica.

Um exemplo majestoso do dinamismo da drenagem amazônica é oferecido por um canal fluvial de cerca de 200 km de extensão e aproximadamente 100m de largura, que foi abandonado pelo fluxo de água. Este fenômeno é descrito por MAURO *et alii* (1976), do Estado do Amazonas. Trata-se de acontecimento tão recente que ainda não houve tempo suficiente, para que a floresta o ocupasse, mascarando-o. O antigo leito pertencia ao rio Roosevelt, que foi capturado pelo rio Aripuanã, afluente pela margem direita do rio Madeira. Sobrevoando a área enfocada, pode-se fotografar o desnível de aproximadamente 5m em relação ao antigo leito fluvial e o canal que é utilizado atualmente para escoamento das águas do rio Aripuanã. Fenômenos dessa natureza geralmente ocorrem por variações litológicas ou por ajustes estruturais promovidos por causas tectônicas. Esta é a hipótese mais plausível para o caso, o que vem evidenciar os ajustes de camadas a que estão sujeitos os sedimentos recentes do Grupo Barreiras, que se generalizam pela Bacia Amazônica. (Fenômeno exemplificado nas áreas de ocorrência das rochas Pré-Cambrianas por Barbosa, 1975).

Em trabalho publicado em 1953, Sternberg narrou diversas entrevistas feitas com habitantes regionais da Amazônia, que contam casos em que ouviram fortes estrondos sucedidos por tremor de terra, num reforço para a hipótese de que os sedimentos amazônicos estão constantemente se ajustando.

Apesar da dinâmica regional, indicada pela idade recente do clima úmido, pela idade recente da Floresta Amazônica, pela flexibilidade dos rios adaptando-se às várzeas e pelos movimentos de caráter estrutural, a Amazônia é um paraíso no qual os componentes do meio ambiente, solo, vegetação, relevo, clima, rochas e rios, estão plenamente integrados. No dizer de GRAF (1978), antes da interferência humana, os sistemas hidrológicos estão geralmente em uma condição que se aproxima de um estado de estabilidade, na qual a erosão, o transporte e a deposição estão ajustados às condições predominantes de clima e geologia. No caso da Amazônia, esta afirmação está perfeitamente sustentada pela coloração das águas dos rios.

Os estudiosos SIOLI & KLINGE (1964) apresentaram pesquisas nas quais classificaram os rios de acordo com a coloração de suas águas. Cha-

maram de barrentos ou de águas claras, aqueles rios que transportam muito silte e argila em suspensão. Rios de águas negras são os límpidos. São aqueles rios cujas cargas predominantemente se constituem de matéria orgânica decomposta. Há também os rios de coloração intermediária.

Os sobrevãos e as observações de campo na Amazônia demonstram que a maioria dos rios autóctones, ou seja, os que são exclusivamente amazônicos, possuem coloração negra e possuem águas límpidas. Geralmente são barrentas as águas dos rios alóctones, vindos de fora da Amazônia, quais sejam: Madeira, Purus e o próprio Amazonas. Com essa evidência, sustenta-se a idéia de que na Amazônia há pouco fornecimento de silte e argila, para serem transportados pelos rios autóctones. Para confirmação dessa hipótese, é fácil observar-se o funcionamento desses rios nos fenômenos das terras caídas. Quando os rios de águas límpidas solapam suas margens provocando a queda dos barrancos, nesses locais eles ficam com suas águas de coloração barrenta. O mesmo acontece nos locais onde são produzidas as terraplenagens para construção de estradas, habitações ou para a prática de cultivos. Esses locais submetidos às chuvas resultam enxurradas de cor barrenta e acabam por sujar as águas dos rios nos quais desaguam. De acordo com este raciocínio, se a Amazônia não tivesse ambientes nos quais as relações de seus componentes são harmônicas, em outras palavras, se a erosão fosse ativa na Amazônia, com destruição dos interflúvios, teríamos os rios autóctones com suas águas barrentas.

O que não se pode perder de vista é que esse equilíbrio ambiental é sustentado pela harmonia no convívio dos diversos componentes da paisagem. O rompimento desse equilíbrio significará a aceleração dos processos erosivos com conseqüências imprevisíveis. As observações de campo permitem a conclusão clássica: o aumento da taxa de erosão nos interflúvios aumenta a carga dos rios que passam a depositar mais sedimentos nos fundos de seus leitos, elevando os níveis de suas águas e por conseqüência, ampliando as áreas de enchentes.

É de se ressaltar que em muitos desses igarapés e rios de águas negras, encontram-se as fontes de alimento e sobrevivência do homem que habita o interior amazônico. Não se pode, portanto, agir sobre as cabeceiras desses cursos d'água sem modificar as condições naturais de sobrevivência dessa gente.

Nas áreas próximas à vegetação relicto dos climas mais secos (campos e cerrados), quando há remoção da floresta quase sempre a regeneração se faz com espécies mais pobres ligadas ao cerrado. Mesmo no "core" da floresta, a exemplo de Belterra e Santarém, no Estado do Pará, a vegetação reposta após a derrubada da Mata Equatorial é secundária e jamais comparável aos exemplares originais. Em Belterra há setores em que a floresta foi derrubada e em seguida permitiu-se sua regeneração. Após cerca de 50 anos, a vegetação secundária é perfeitamente distinta da vegetação original que a cerca. Não se pode afirmar que do deflorestamento advenha um imenso deserto amazônico. Essa afirmação carece de fundamentação cien-

tífica. Um deserto resultaria de variações na circulação atmosférica e até possíveis mudanças no eixo terrestre. Entretanto, a destruição promovida na Amazônia visa à retirada de lucros da região, sem a mínima preocupação quanto a oferecer algum retorno às áreas exploradas. Essas inconseqüências e irresponsabilidades custarão muito caro às gerações do porvir.

Baseados em todas essas observações é que se brada pela preservação do ambiente amazônico. Não seria adequado que se concentrassem esforços de pesquisa na direção de conhecer profundamente esses ambientes novos? Identificar os limiares definidos nas relações dos componentes da paisagem? Verificar, por fim, em que condições pode-se fazer o uso da terra minimizando os riscos de destruir esses ambientes e promover a exploração adequada desses imensos recursos naturais, de difícil regeneração após a derrubada das florestas?

3. A OCUPAÇÃO DA REGIÃO

Os primeiros homens que habitaram a região foram os indígenas das mais variadas tribos e que se dividiam em territórios, respeitados de acordo com as localidades que escolheram para fixar suas tribos. Viviam da caça e da pesca e praticavam atividades elementares de extração de frutos e raízes oferecidos pela natureza. A castanha, o cupuaçu, o açaí e a mangaba constituíam-se nos frutos naturais preferidos para a alimentação. O convívio harmônico desses precursores com o meio ambiente fica demonstrado pela pequena devastação promovida por eles em seu habitat.

Diversas foram as expedições de europeus pela Amazônia, em busca de riquezas, após o século XVI. Nos dois séculos passados houve uma intensificação desses conquistadores, especialmente os portugueses, que procuravam delimitar as terras que eram consideradas como suas propriedades. Estranha posse de propriedade que desrespeita os moradores originais, simplesmente pelo fato de não possuírem documentos escritos, conforme determinações da côrte portuguesa.

Esses conquistadores enfrentavam um meio inóspito para seus costumes, além de batalhas travadas com os indígenas. Em muitos casos, esses homens chegavam a seus objetivos, tomavam posse da terra e imediatamente retornavam para suas origens, fugindo das lutas contra os indígenas e as dificuldades oferecidas pelo meio para o cumprimento de seus intentos. Esse por sinal, teria sido o comportamento de José Francisco Monteiro, um dos conquistadores do sul da Amazônia e que tomou posse, em 1869, das terras em Humaitá. Monteiro, no dizer de Souza (1984), teria sido pressionado por seus capatazes a sair do local, tão logo efetivada a posse, sob a pena de permanecer sozinho. Os índios Parintintin constituíam-se numa grande barreira a ser transposta pelo português.

Somente às custas de muita luta e/ou compra dos nativos, através de bugigangas e balangandans, esses conquistadores conseguiam se fixar nas

terras e a partir daí constituíam-se nos grandes proprietários. No caso do conquistador de Humaitá, seu território passava dos 50.000 km².

Torna-se difícil acreditar que esses homens tenham sido dóceis e generosos com seus empregados e com os homens da terra. Em verdade, como qualquer conquistador, eles queriam usufruir das riquezas oferecidas pelo local, mesmo que isso custasse a expulsão dos nativos que originalmente já eram os habitantes da terra.

Com a possibilidade de extração da borracha, a partir da seringueira, os governos federais incentivaram a migração nordestina para a Amazônia. Tanto é que em grande parte das cidadezinhas do Acre, Rondônia, Amazonas, os habitantes mais antigos são quase sempre procedentes do Nordeste brasileiro.

Segundo as observações de Antonio Dias (1980), em 1877 fugindo das secas do Nordeste e contaminados pela utilidade da borracha, bem como sua penetração no mercado internacional através da Goodyear e da Thomas Hancock, chegaram ao Acre as primeiras levadas de cearenses vindos de Uruburetama e comandados por João Gabriel de Carvalho e Melo. Segundo o autor citado, Carvalho e Melo estava preparado para a luta, comportou-se como um conquistador e voltou rico para o Ceará.

Esses homens enfrentaram muitas dificuldades para se fixarem na terra, entretanto, após muito trabalho, conseguiram se aculturar. Com eles ampliaram-se as culturas do feijão, do milho e da mandioca. Entretanto, foi nos seringais, como subempregados, que suas atividades se marcaram mais fortemente. Quase sempre como empregados dos "Coronéis", proprietários dos seringais, esses seringueiros sofreram todos os tipos de agruras quanto às condições de trabalho para sua subsistência. Conforme a observação dos homens regionais quanto maior era a procura da borracha no mercado internacional, maior era a opressão contra o seringueiro que obrigatoriamente tinha que aumentar suas produções.

Em muitos rincões da Amazônia, os conquistadores e/ou os "Coronéis" implantaram relações de trabalho do tipo escravagista. O trabalhador somente conseguia produtos suficientes para sua sobrevivência após cerca de 14 horas de jornada de trabalho diário. Muitas das riquezas formadas no Ciclo da Borracha foram resultado da exploração do trabalho em condições sub-humanas, animais até. As habitações eventualmente eram coletivas e absolutamente desprovidas das mínimas condições de saúde e higiene. Geralmente, o seringueiro e sua família era colocado nas áreas internas da floresta, isolado dos outros grupos de migrantes, onde havia concentração do produto a ser extraído.

A bem da verdade essas relações de trabalho em seu conjunto e na aparência se modificaram. Houve uma evolução, à medida em que o controle social aumentou na região e certos direitos trabalhistas, ainda que de maneira incipiente, atingiram uma parte do campo. Entretanto, ainda resistem focos amazônicos, nos quais os desconhecidos são recebidos com armas de fogo e suas atividades econômicas são desenvolvidas a "sete chaves". Em

muitos casos, o aspecto da atividade desenvolvida está ligado à mineração, em outros à extração vegetal e agricultura.

Ainda na década dos anos 70 foram incentivados projetos de colonização pelo INCRA, que trouxeram centenas de famílias das mais variadas partes do país. Em muitos casos, essas famílias despreparadas ficaram à esmo, perambulando e acabando por inchar as áreas periféricas dos centros urbanos, caracterizando novos setores de prostituição e crime. Em muitos desses casos, o que o colono deseja é simplesmente obter o necessário para retornar ao seu local de origem. Essa é uma nítida demonstração de quanto o País precisa aprender sobre os processos de colonização e como é necessária a existência de pessoas preparadas na coordenação desses movimentos migratórios.

A falta de conhecimentos sobre o local de origem dos colonos, sobre as condições de vida do colono e sua cultura e da própria Amazônia em si mesma fazem com que ressalte a incompetência da autoridade constituída e de seus consultores. São milhares de vidas que são jogadas à esmo, num flagrante exemplo das conseqüências da “aventura desenvolvimentista” a que se lançaram os governos brasileiros. O homem, que deveria ser o fim desse desenvolvimento, é exposto a todos os tipos de agruras e o meio ambiente, por conseqüência, é destruído no mais elementar exemplo de tentativas e erros. Geralmente, com muito mais erros do que acertos. E apenas um erro já deveria ser o suficiente para estancar esses projetos imprevisíveis. Assim se generaliza o descrédito no papel da autoridade e a certeza de que esse desrespeito à vida é intencional ou pelo menos com conhecimento de causa.

Para que exemplos dessas denúncias sejam encontrados, basta andar um pouco pela Amazônia. Nas travessias de balsas, nas periferias dos sítios urbanos, nas casas dos colonos. Quase todos os habitantes da Amazônia possuem histórias trágico-cômicas para contar. Em cada travessia de balsa nos rios Amazonas, Purus e Madeira ouvem-se lamúrias pela falta das condições de trabalho e escoamento das mercadorias. O abandono das levadas de colonos que estão distribuídos por setores diversos da Amazônia Oriental. O custo de vida é elevadíssimo. E tudo isso gerado pela expectativa desenvolvimentista, incutida nos colonos e nos habitantes regionais, pelas autoridades constituídas e pelos conquistadores do Oeste e Noroeste, do Brasil.

Aqui cabe a análise da participação dos órgãos governamentais criados, em muitos casos, para atenderem essa expectativa desenvolvimentista criada na população e nos administradores.

4. A HERANÇA NO TRATAMENTO DOS PROBLEMAS AMAZÔNICOS

O medo pela ameaça estrangeira na Amazônia, sedimentando o “slogan” — “Integrar para não Entregar”, justificaram, no discurso dos Governos

pós-64, a abertura da Amazônia para os brasileiros. Disto ocorreu a abertura da rodovia Transamazônica no Governo Médici e a implantação do Projeto RADAM.

É possível que dos feitos na Amazônia, o Projeto RADAM tenha sido o “bem vindo”. Permitiu a reunião de centena de técnicos brasileiros das mais diversas especialidades, que rasgaram os céus e os rios amazônicos num desejo ardente de conhecer seus mistérios e oferecer os mapas básicos para o planejamento no seu uso. Entretanto, a seriedade do pessoal técnico desse Projeto em muitos momentos foi maculada pelo uso indevido da terra e pelo desrespeito aos elementos por eles oferecidos. Raramente se depara com Órgãos dos Ministérios e dos Governos Estaduais no uso dessas informações. Faça-se exceção a algumas descobertas minerais que imediatamente acabam por atender os interesses de mineradores.

5. O DESRESPEITO AO AMBIENTE NA CONSTRUÇÃO DAS RODOVIAS

No Governo Geisel foi inaugurada, antes de concluída, a BR-153 Manaus-Porto Velho. Trata-se de uma rodovia que buscou rasgar os interflúvios e que raramente necessitou de cortes e taludes. Em geral utilizou-se de material de empréstimo, coletado a céu aberto, nas laterais da pista de rolamento, para que no final a rodovia fosse construída sobre aterro. Dessa técnica resultou que nos períodos de cheias dos rios, acompanhados das chuvas mais concentradas, a rodovia se transforme em uma ilha alongada, acompanhada por dois imensos rios. A remoção do solo e das demais formações superficiais, indiscriminadamente, colocaram na superfície diversos trechos das rochas do Grupo Barreiras.

Quando há gradiente forte, desníveis para o escoamento da água de superfície, os sedimentos são removidos pela ação pluvial, abrindo sulcos, vossorocas e ravinas que ficam abandonadas, sem os serviços de manutenção da estrada, tomando a pista de rolamento e interrompendo o tráfego. O acesso às eventuais residências e propriedades que se localizam às margens das rodovias, fica interrompido pela ação da erosão ou mesmo pela largura e fundura das laterais alagadas.

Unindo-se ao trabalho da erosão lateral na pista há a ação da umidade. Os dois “rios” que ficam paralelos, lateralmente à estrada, saturam o solo e por conseqüência nos setores de menor compactação afloram “olhos d’água”, abrindo buracos no asfalto que termina por seccionar-se.

A tubulação que serve para permitir a vazão da água por sob a pista foi subdimensionada. Tanto as águas fluviais, ampliadas no período das cheias, como as águas pluviais, não possuem, através dessa tubulação, a vazão necessária para atender às condições originais. É uma demonstração de que as equipes técnicas responsáveis pelo trabalho não foram suficientemente ouvidas, ou não tinham suficiente experiência sobre a Amazônia,

para coordenarem esse projeto. Nos dois casos, caracteriza-se a irresponsabilidade no uso do dinheiro público.

As técnicas de abertura de estradas adotadas no Sul e Sudeste não podem ser transportadas para a Amazônia. As condições ambientais são absolutamente diversas de uma para outra dessas regiões. As diferenças nos índices de precipitação e distribuição pluvial, a textura argilosa dos solos que saturam rapidamente e se impermeabilizam, a pequena declividade do relevo, quase plano, e os pequenos gradientes dos rios, ampliam na Amazônia a quantidade de águas na superfície, tornando enormes as áreas sujeitas à inundação. Observe-se que Humaitá (AM) dista mais de 2.000 km, por via fluvial da foz do rio Amazonas, no Oceano Atlântico, e sua altitude é de apenas 90m. Nessas condições amazônicas, a estrada construída sobre aterro funciona como barreira para o escoamento da água de superfície, que deve ter sua vazão atendida pelos tubulões.

Os trajetos descritos pelas rodovias, buscando os topos dos interflúvios, acarretaram o desmatamento de imensas áreas, que acabaram mudando localmente o funcionamento do ciclo hidrológico. Com isso, na época da seca, há esvaziamento da água nas cacimbas dos habitantes residentes nas margens da rodovia. Esta denúncia foi apresentada por Aziz Nacib Ab'Saber, quando da realização do Simpósio de Geografia Física Aplicada, em Rio Claro, em dezembro de 1984. O pesquisador afirmou ainda que: "a rodovia que liga Rio Branco, no Estado do Acre, à Bolívia foi construída obedecendo os mesmos esquemas que se usam em São Paulo, em posições de topos dos interflúvios". Entretanto, a rodovia destruiu ao mesmo tempo a floresta com seringais e castanhais, e com isso a possibilidade de "convivência ao longo do tempo dos gêneros de vida mais tradicionais".

Em verdade as rodovias, ao invés de trazerem soluções de transportes e comunicações entre as cidades amazônicas e o restante do país, acabam por gerar muitos problemas para o homem regional, quais sejam a ampliação das áreas inundáveis, o desmatamento dos interflúvios com a diminuição de água nas cacimbas, a ampliação no ritmo da erosão e acima de tudo a gravidade de ter gerado imensas expectativas, não atendidas. Afinal, com a abertura das rodovias asfaltadas, novos horizontes, tendo como referencial os padrões e modelos do Sul e Sudeste do Brasil, foram vislumbrados pelos habitantes regionais que passaram a concentrar esforços e fazer planos de produção para outros mercados.

6. POR QUE NÃO USAR E APERFEIÇOAR AS HIDROVIAS?

A profundidade dos rios principais, que seccionam as "terras baixas e florestadas da Amazônia", permitem a navegação de navios de pequeno e médio portes. Muitos desses rios admitem até navios de grande porte. Apesar disso, continuam a ser utilizadas para transportes de passageiros e de cargas, as gaiolas desconfortáveis e que mais se adaptam à condução

do gado. Ressaltadas as imensas dificuldades para abertura de rodovias e a necessidade de estudos técnicos especializados para que a Amazônia seja tratada com dignidade, indaga-se: porque não aperfeiçoar e estimular o uso das hidrovias?

Seria adequada a preparação de um Plano Viário com a devida programação para fluxos das embarcações mais rápidas e confortáveis. As distâncias amazônicas exigem um transporte mais ágil do que aquele que está sendo oferecido. As rodovias somente devem ser empregadas em condições especiais, como nos casos de alternativa para deslocamentos quando os rios apresentam alto grau de meandros, a exemplo de setores dos rios Purus, Juruá e Içá. Nesses casos, a integração do transporte rodoviário com o fluvial seria plenamente desejável. Entretanto, o conhecimento profundo deve nortear as obras de engenharia para que se possa trabalhar harmonicamente com o ambiente amazônico.

O transporte através de embarcações de navegação fluvial, permitindo o escoamento e a recepção de mercadorias, poderia baratear custos para os produtos regionais e estaria absolutamente adequado à região. Não se pode olhar a Amazônia com os olhos paulistas, cariocas ou nordestinos. A Amazônia é composta de peculiaridades próprias, em sua imensidão, somente assim ela pode ser encarada. A Amazônia não tem a mesma pressa das outras regiões brasileiras. Ela merece ser atendida com respeito e carinho, obedecendo suas condições naturais.

Deve ser ressaltada para a região a importância do transporte aéreo. O trabalho desenvolvido pela FAB deve ser ampliado e se tornar mais contínuo, para atender às situações especiais e os casos de emergência.

7. OS ÓRGÃOS FEDERAIS

Com a abertura das estradas, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que insiste em ser um organismo que promove a Reforma Agrária, deslocou moradores do Nordeste e do Sul para habitarem as margens da Transamazônica e da Manaus-Porto Velho, entre outras rodovias.

A colonização dirigida pelo INCRA, ao lado da Transamazônica, preocupou-se em deslocar principalmente nordestinos e distribuí-los em glebas devidamente demarcadas. Pela falta de levantamentos de base e de dados não havia como distribuir os colonos de acordo com as possibilidades ambientais de produção agrícola, principalmente das condições de clima, solo e relevo. No caso da Transamazônica, essa distribuição de colonos obedeceu um plano que implantava Agrovilas em cada 10 km. Esse, por exemplo, é o caso do Presidente Médici (Rurópolis), agrovila localizada no Estado do Pará, no entroncamento da Transamazônica com a Cuiabá-Santarém. A partir da Transamazônica, no Estado do Amazonas, a leste do rio Madeira, está uma agrovila com vínculos administrativos em

Humaitá e que explora, sob a coordenação do INCRA, um setor denominado de JUMA (Projeto de Assentamento Rio Juma). Somente no Estado de Rondônia o INCRA possui 7 projetos de colonização ao longo da BR-364.

O motivo aparente dessa colonização dava-se com a intenção de oferecer terras para colonos que habitavam as regiões secas do Nordeste ou as áreas que seriam ocupadas pelas águas de barragens hidrelétricas, em construção, terras amazônicas, promissoras, e que seriam dotadas de infra-estrutura. Muitos desses colonos, foram conduzidos para a Amazônia, onde as bases de sustentação para suas atividades ainda não estavam preparadas. Lavradores, sem conhecimento e muito menos tradição da Amazônia, foram obrigados a desmatar a floresta e sobreviver em um ambiente inóspito para eles. A malária, então, se generalizou. Um lavrador consultado sobre o número de vezes em que esteve acometido da malária, simplesmente respondeu que não sabe fazer a conta. Isto quer dizer que ele já teve malária tantas vezes, que não há mais como contar. A malária tomou o lugar do resfriado e seguramente está encurtando o tempo de vida desses brasileiros. Atualmente se encontram em expansão os focos de doenças do tipo esquistossomose e lepra, ligados ao desmatamento e às más condições de higiene dos povoados.

Alguns desses lavradores mais felizes conseguiram produzir e depararam com a falta de recursos para transportar as mercadorias aos centros consumidores. A partir daí, muitos deles, passaram a produzir apenas para a subsistência. Não muito tarde aqueles que possuíam algum dinheiro perceberam que naquelas áreas e naquelas condições a pecuária seria a atividade menos complicada.

Em 1976, as entrevistas feitas com colonos ao longo da Transamazônica e da Manaus-Porto Velho repetiam as reclamações pela falta das condições mínimas de vida, em especial de transportes. Hoje, a situação não é muito diferente. Havia esperanças, com a construção da rodovia Cuiabá-Porto Velho. Agora entretanto, com a estrada construída chega-se à triste dúvida: escoar a produção e o gado para Cuiabá? Esse percurso pode ser feito em cerca de 24 horas e Cuiabá centraliza uma importante área da pecuária.

Juntamente com a ocupação pelos colonos do INCRA difundia-se pelo Sul e Sudeste que a Amazônia, e em especial Rondônia, oferecia terras boas para plantio de café e cacau. Intencionalmente, ou não, se esqueceu de divulgar, com a mesma ênfase, que essas atividades, em especial o cacau, somente podem ser desenvolvidas a contento em faixas restritas das terras amazônicas. Rapidamente instalaram-se empresas de desmatamento. Essas empresas ficam com a restrita função de derrubar árvores e abrir fazendas, gerando a especulação imobiliária, que hoje assola o sul e o sudoeste do Amazonas e boa parte de Rondônia.

Muita gente tem tentado a sorte na Amazônia. Alguns foram mais felizes, pela oportunidade de se assentarem nas proximidades de Porto Velho, onde as condições de vida são mais fáceis e mesmo onde o solo oferece melhores

qualidades para o cultivo. A maioria introduziu o gado e ainda é obrigada a contar com o precário mercado de consumo oferecido por Porto Velho.

Tendo permitido e incentivado a colonização da Região, ao Governo Federal coube a responsabilidade de equipá-la. Tanto é assim que os órgãos Federais, como a SUDAM, o BASA, o INCRA e o IBDF, são mais presentes na Amazônia do que os ligados aos governos estaduais. À medida que a colonização se fazia, com a abertura de fazendas, cresceu a necessidade de oferecer a infra-estrutura. Portanto, desencadeiam-se uma seqüência de fatos, tais como os que decorrem do incentivo para a ocupação da área, pelo deslocamento de famílias advindas do esforço do INCRA.

A corrida para o oeste brasileiro também tem suas raízes envolvidas com a busca das riquezas minerais. Seja o ouro, o diamante ou a cassiterita, a mineração sempre construiu os sonhos daqueles que buscam a riqueza. Muitos dos colonos trasladados pelo INCRA, para desenvolverem atividades agrícolas, após decepções e abandono, acabaram por se dedicar a garimpagem, como derradeira tentativa para resolverem os problemas de subsistência de suas famílias. Conforme entrevista concedida por José Afonso dos Santos, a maioria dos compradores de ouro do sudoeste da Amazônia, bem como os garimpeiros, não possuem credenciamento, fato que contribui para o aumento crescente do contrabando do minério. Igual conclusão chegou Antonio Rodrigues (do jornal "A Tribuna do Amazonas"), que acredita que a "... produção de ouro nos municípios Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã e Borba é quase toda contrabandeada, apesar de ser volumosa".

Os tipos de mineração introduzidos tentaram contar com o trabalho do homem regional. Entretanto, muitas levas de colonos foram trazidas para resolver os problemas com a mão-de-obra. As relações de trabalho nesse tipo de atividade são sempre muito complicadas, conforme mostrou Irene Garrido Filha in *Valverde* (1979). Os garimpeiros trabalham duro e quando encontram o minério enriquecem o proprietário da lavra, que quase sempre os recompensou mal. São atividades que geralmente se desenvolvem em locais distantes dos confortos oferecidos pelo sítio urbano e onde a bebida e o jogo impõem hábitos que consomem quase todo o ganho obtido. Ao final das atividades, o trabalhador fica sem saúde, sem o dinheiro e seu modo de vida o embrutece, se resumindo em acreditar que é um animal do mato.

Ainda assim, as atividades de mineração, a abertura de fazendas e estradas, com o devido desmatamento, ocupam um lugar de incentivo na visão dos homens urbanos amazônicos. Pensando que o desenvolvimento e a civilização estão chegando, esses homens urbanos acreditam num futuro melhor. Ao contrário, os novos fazendeiros que chegam comportam-se como verdadeiros conquistadores, como os portugueses dos tempos coloniais. Da mesma maneira como o europeu vinha à Terra de Santa Cruz em busca das riquezas, assim também se comportam os fazendeiros paulistas, mineiros, gaúchos e outros que chegam à Amazônia. Abrem fazendas e empregam o homem estabelecendo relações de trabalho que fixam nitidamente o obje-

tivo palpável de explorar as riquezas regionais. Em nada existe o interesse de promover a melhoria nas condições de vida dos habitantes locais, ou mesmo oferecer algum nível de promoção ao homem que o serve. Acima de tudo, estão os interesses capitalistas de obter lucro.

Com a abertura das novas fazendas e a implantação dos colonos, aparece a necessidade imediata de abrir novas estradas, por terras inóspitas e inadequadamente conhecidas.

É a abertura da Amazônia e a destruição de suas riquezas, de maneira inconsequente e irresponsável, permitida e incentivada por governos que nunca elaboraram um plano sério para conhecer e usar adequadamente a região. São os mesmos governos que se propuseram — “Integrar para não Entregar”, que permitem a destruição do patrimônio natural dos brasileiros e a instalação de imensos projetos financiados por organismos internacionais. Criadas para orientar o desenvolvimento de suas regiões as Superintendências, à exemplo da SUDAM, se ocuparam da função de estudar e aprovar os projetos que buscam financiamentos, de órgãos nacionais ou internacionais.

A SUDAM contrata para a Amazônia os Projetos que suas equipes técnicas consideram adequados para a Região. Esse órgão, embora contando com pessoal técnico de alta competência foi envolvido pelo caráter desenvolvimento que norteou as políticas dos Governos Federais Pós-1964, e que contaminou os Governos Estaduais. São os Governos das Grandes Obras, que marcam as administrações. Observe-se que durante o governo Figueiredo (1979 ao final de 1984) a SUDAM aprovou com recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia — FINAM — 436 projetos industriais, agroindustriais, agropecuários e de serviços. A SUFRAMA, que atua na Amazônia Ocidental, aprovou 375 projetos industriais, agrícolas e pecuários e 506 Programas Especiais de Exportação envolvendo 86 milhões de dólares de exportações. Estes dados foram apresentados na revista *Interior*, (janeiro/fevereiro/1985), publicada pelo Ministério do Interior.

Diante dessa perspectiva, a mentalidade é a de ocupar a Amazônia através de projetos de exploração e colonização, respeitando-se as características ambientais. Na prática, são aprovados projetos de tombamento da floresta, em pleno cerne da Amazônia, para implantação das atividades ligadas à pecuária e a agroindústria. Veja-se os exemplos dos Projetos da Volkswagen, da Sílvio Santos, entre outros.

Através de técnicos da SUDAM emergiram propostas embasadas na idéia de que a Amazônia deve ser ocupada, preservando-se alguns setores específicos de vegetação florestal. São os núcleos de preservação florestal esparçados pelos rincões amazônicos. Essa proposta sugere a manutenção de algumas “ilhas” de preservação do meio ambiente, que segundo ela, seriam suficientes para que não ocorresse o mesmo desmatamento que afetou as outras regiões brasileiras. Na justificativa dessa proposta está inserida a idéia de que não há mais como controlar a invasão à Amazônia. Triste visão, que sequer reconhece no Estado o responsável para dirigir e discipli-

nar, através de suas políticas, a ocupação das regiões do País. Em nenhum momento, a proposta apresenta os parâmetros científicos que foram utilizados para definir as áreas e as extensões dos setores sugeridos para preservação.

Junto a essa mentalidade que desrespeita o presente, desconhece o passado e não pensa no futuro, há as eventuais denúncias de envolvimento de funcionários da SUDAM, nos Projetos que acabam sendo financiados. Na luta em causa própria, as pessoas acreditam que vale o sacrifício imposto à Floresta Amazônica. A partir disso, os critérios de avaliação para os demais projetos a serem analisados ficam escamoteados.

Uma forte e nova expectativa quanto ao funcionamento da SUDAM nasce com a chegada do novo Governo Federal. O compromisso assumido pelo presidente eleito, Tancredo Neves, alimentou a esperança de que ele se empenharia na preservação da Amazônia. Foram essas as suas palavras na entrevista enfocada anteriormente. Entretanto, em entrevista publicada em um Jornal de Manaus, no dia 17 de janeiro de 1985, o Governador Gilberto Mestrinho, do Amazonas, afirmou que seu Estado participará do Governo Federal. Segundo o entrevistado, o Banco da Amazônia — BASA, teria seus dirigentes indicados por seu Governo e a SUDAM ficaria aos cuidados do Governador do Pará, Jader Barbalho. Essa parece ser a recompensa pelo apoio incondicional ao novo Presidente.

Essa divisão do bolo administrativo, espólio do golpe militar de 1964, nos altos escalões do Novo Governo Federal, que se instalou, justifica uma grande apreensão. Os interesses dos grupos serão recompensados? E os interesses da Nação como serão tratados?

A prática desses governos Estaduais, tanto do Estado do Amazonas como do Pará, mantém-se ligada ao caráter desenvolvimentista que comandou as administrações militares. No caso do Banco da Amazônia (BASA), a filosofia não é muito diferente daquela adotada pela SUDAM. Os projetos financiados são aqueles apresentados por empresas de grande porte, que possuem lastro econômico para sustentarem os possíveis contratos. O atendimento prioritário não se destina ao pequeno produtor, ou seja, ao habitante da beira dos rios. Geralmente são atendidos os empresários vindos do Sul e Sudeste, cuja preocupação é essencialmente a de conquistar a desconhecida Amazônia.

A própria sofisticação dos prédios que abrigam as Agências do BASA mostra sua desconformidade com a pobreza econômica e as dificuldades atravessadas pelo homem amazônico. A Sede do BASA, em Belém, é um edifício de muitos andares todo revestido em mármore e vidro fumê importado, características que transcendem em aspecto as demais construções da capital do Estado do Pará.

Enquanto isso, o BNH constrói palafitas de madeira nas pequenas cidades do interior amazônico. Em Humaitá, em janeiro de 1985 estava em fase final de construção um conjunto residencial com casas que abrangem cerca de 50m² de construção cada uma. As construções de madeira e palafitas se

justificam pela quantidade e qualidade da matéria-prima, barata, oferecida pela floresta, bem como em função das inundações a que a área se sujeita. Entretanto, o tamanho das casas e o terreno dedicado a cada uma delas nada tem a ver com a grandeza das áreas desocupadas na imensa Amazônia e mesmo no município de Humaitá.

Afinal, qual é o lugar para o homem nesse desenvolvimento proposto para a Amazônia e para o Brasil? Não se pode negligenciar a observação feita por L. F. Pinto (1973), ao afirmar que: "...na Amazônia só se tem descoberto o erro depois de cometê-lo, mas nem sempre volta-se atrás."

8. INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR?

O slogan utilizado pelo Projeto Rondon destaca-se em Humaitá, onde funciona um de seus Campus Avançados. Anualmente, as cidades de Cruzeiro do Sul, Óbidos, Parintins e Humaitá são visitadas por muitos estudantes universitários e professores que desenvolvem seus projetos de pesquisa, geralmente com pouca ou nenhuma vinculação aos problemas locais.

Aparentemente não houve um levantamento prévio no qual fossem identificados os problemas e priorizadas as áreas de atuação dos universitários. Repetem-se projetos desnecessários e desconexos, cujos autores mais parecem contemplados com um período de férias na Amazônia.

No campo da saúde, aparecem jovens odontólogos que acabam restritos à função de tira-dentes. Nada melhor do que a Amazônia para esse tipo de treinamento. Afinal, o costume implantado pelos conquistadores e a alimentação com falta de nutrientes e de higiene fazem com que a dentição dos habitantes amazônicos se estrague antes de estar completa. Entre 20 e 25 anos, ou menos, as pessoas procuram o dentista para fazerem as dentaduras postiças (chapas ou pererecas).

Os estudantes de Medicina não são conhecedores dos recursos regionais para atendimento de saúde. Não há como desconhecer os benefícios trazidos por algumas raízes e plantas. Não raro se vê o uso de antibióticos (tipo benzetacil) fazendo papel de analgésico e anti-gripal. Os problemas de saúde amazônicos não são os mesmos daqueles encontrados no Sul e Sudeste, mas as soluções indicadas são as mesmas das outras áreas do Brasil.

Na Agronomia, são identificados os jovens universitários que vão à Amazônia descobrir quais são os produtos da agricultura praticada nos países subtropicais e que poderão ser introduzidos na Região. Esses jovens, aparentemente, não questionaram e não avaliaram criticamente o trabalho que irão desempenhar.

Quando indagados sobre a possibilidade de usarem o tempo e o trabalho que despenderão na área, com a pesquisa de produtos regionais, mais adaptados às condições ambientais e até mesmo alimentares da população regional, percebe-se a falta de informação sobre os recursos e o meio físico amazônico. Eles chegam com projetos prontos e adaptados às regiões de

onde são originários. Querem plantar soja, trigo e café na Amazônia. Neste caso, quase sempre estarão prestando serviço de ponta, para as agro-indústrias, que no futuro poderão se instalar no lugar da floresta. Em quase todos os casos, não se vê projetos de prevenção, contra os problemas gerais enfrentados pela população local. Seja no campo da saúde, da fome ou da habitação.

Não há como considerar que o trabalho desses jovens e de seus orientadores tenha cunho integrador. Em verdade, há um embate contra a cultura amazônica, há quase desconsideração por aquilo que lá existe. Há um exemplo de preconceito contra os valores regionais, tidos como inferiores em relação ao que oferece o Sul e o Sudeste. O trabalho, portanto, é feito por jovens despreparados até mesmo para conviverem de maneira harmônica com os moradores das cidades que os recebem. São poucos os jovens que conseguem se integrar com os moradores locais. Não raramente, pelas ruas das cidades que recebem os rondonianos, são vistos blocos desses jovens, aglutinados, desfilar como um quisto em meio a uma civilização à qual não pertencem.

Aos poderes públicos municipais isso não incomoda. Enquanto os universitários agirem dessa maneira, não estarão criando problemas. Entretanto, quando um jovem resolve trabalhar nas áreas periféricas e incentivar a união dos moradores para construir e reivindicarem seus direitos, imediatamente são vistos como desordeiros. Um exemplo deste caso foi assistido em Humaitá, no mês de janeiro de 1985, quando um estudante de serviço social teria contribuído para que os professores municipais exigissem o pagamento de seus salários atrasados, por cerca de um ano. A reação dos órgãos municipais foi imediata, querendo execrar o responsável por essa conduta. Neste caso, deve-se ressaltar a conduta irrepreensível do Administrador do Campus, que cerrou fileiras na defesa do estudante universitário.

Se a maioria desses jovens é desprovida do mínimo espírito crítico desejável para um universitário, acabam sendo instrumentos de um Programa indefinido e descompromissado com os interesses da Nação. Seria de se esperar que após cerca de duas décadas de existência, o Projeto Rondon estivesse equipado para apontar os novos rumos nos locais em que foi introduzido. Em verdade, esse projeto se constituiu em apenas mais uma vítima do sistema e dos interesses de alguns administradores, que apenas desejam justificar para o Brasil que há uma preocupação com os destinos da Amazônia.

9. A TELEVISÃO GERANDO MESMICE

A televisão, importante avanço obtido pelo país na área das comunicações, tem exercido com brilho sua função de oferecer notícias e entretenimento para grande parte dos brasileiros. Num outro ângulo tem-se que reconhecer o trabalho nefasto desenvolvido por esse meio de comunicações.

Com função comercial, as emissoras de televisão vendem suas propagandas indistintamente, sem reconhecer e muito menos respeitar as diferenças regionais do país e da sua gente. Indistintamente, os lares mais abastados localizados na Vieira Souto recebem a mesma transmissão que os habitantes enfronhados nos mais distantes lares amazônicos e nordestinos. Não se pretende uma transmissão seletiva, que distinga ricos de pobres. Ocorre, que através de seus programas, a televisão oferece espetáculos com uma força incomum, capaz de em pouco tempo, promover a “mesmice” em todos os rincões. Oferece a “mesmice” em termos de pensamentos e aspirações e não oferece a “mesmice” em termos de oportunidade. Raramente são vistas programações com caráter regional, e quando isso é possível tratam-se de trabalhos com pouca criatividade, quase sempre se constituindo em cópia infiel, piorada, dos programas gerados no Sul e Sudeste do país.

É dessa maneira que se vê a vibração de um colono amazônico pelo “Rock in Rio”. Alguns desses jovens, filhos de trabalhadores do campo, reuniram todas as economias da família para viajar dia após dia e chegar ao Rio de Janeiro para desfrutar do espetáculo. Em janeiro de 1985, no Porto de Humaitá, assistiu-se espetáculo inédito, dos jovens seguindo viagem. Alguns deles, vindos de Manicoré, estavam nas “gaiolas” navegando por dois dias até chegarem a Humaitá. Depois disso, ainda viajariam mais um dia para chegarem a Porto Velho, onde poderiam, de ônibus, conseguir acesso para Cuiabá. Seriam mais dois dias de viagem para então de Cuiabá viajarem para “a cidade do rock”. Este é um bom exemplo da força exercida pela televisão usada sem a devida consciência de responsabilidade pelas autoridades constituídas e pelos empresários do ramo.

Pior, é que essa “inconseqüência” constitui-se numa ação com maiores e expressivas repercussões. A cultura amazônica vai sendo desprestigiada em detrimento da programação oferecida pela televisão. É ao vivo o espetáculo narrado por Cacá Diegues em seu “Bye Bye Brasil”. Nas rodas de amigos, nos bares, nas boites amazônicas, é evidente a tendência e o predomínio da música estrangeira, fabricada nos laboratórios e enlatada nas empresas globais, abafando o folclore e os temas regionais.

Ganha em “status” aquele que usa uma roupa da moda, ao mais fino estilo de seus ídolos de novelas. A conversa afetada e vazia, cada vez mais reflete um grande esforço para exercitar o sotaque carioca, esvaziando a beleza e o emprego dos termos regionais. Torna-se difícil sobreviver na palafita da realidade, com os casarões e apartamentos servidos de mordomos e drinks oferecidos pelo vídeo.

As aspirações do homem amazônico, a partir desses modelos, tendem a se fixar nas “maravilhas” do mundo capitalista, com a conseqüente aspiração da vida burguesa. Muitas das próprias autoridades amazônicas desvalorizam e desestimulam a preservação dos costumes e da história local. Os valores culturais regionais, as relações de amizade e a preservação do meio ambiente, são substituídos pelas ofertas de consumo materialista. Nestas

circunstâncias, não é possível concordar com a abordagem de Valverde (1979), que escrevendo sobre Rondônia, afirmou que: “Uma sociedade realmente democrática se inaugura na Amazônia brasileira”.

O trabalho exercido pela televisão na Região Amazônica está de acordo com a ação dos Órgãos Federais e trata-se de uma ação engajada política e socialmente. Comprometida com a manutenção dos privilégios e dos privilegiados, mesmo que isso tenha uma grande influência no extermínio das culturas regionais.

Por outro lado, mesmo com o boicote oferecido por parte das emissoras de televisão, a campanha cívica que tomou conta do País em 1984, na luta pelas *Diretas Já* para Presidente da República, chegou à Amazônia. É o funcionamento irremediável da dialética em seu mais puro estilo. A máquina de produzir a “mesmice”, a serviço dos privilegiados, alimentou apesar do controle o germe de negação da sociedade que ela deseja proteger e perpetuar. Nos locais mais distantes e escondidos da Amazônia despertaram-se lderanças que indubitavelmente desempenharão papel importante, reagindo à anulação de seus valores culturais.

Aos homens de consciência compete agora alimentar esses focos de reação para que as lideranças não se sintam sós e abandonadas. Para que esses homens briosos treinem e aprendam a lutar pela liberdade e pelo respeito a seus mais elementares direitos, enquanto viverem.

5 — BIBLIOGRAFIA:

1. AB'SABER, A. N. (1971) A Organização Natural das Paisagens Inter e Sub-Tropicais Brasileiras. In *II Simpósio sobre o Cerrado*. São Paulo, Blucher/EDUSP.
2. BARBOSA, G. V. (1973) Evolução Morfoestrutural Cenozóica do Craton Guianês no Brasil. *Anais da X Conferência Geológica Interguianas*. Belém.
3. DAEMON, R. F. (1975) Contribuição à datação da Formação Alter do Chão, Bacia do Amazonas. *Rev. Bras. Geoc.*, 5(2), Rio de Janeiro.
4. DIAS, A. (1980) Acre: Uma História de Lutas. Salvador, *Caderno do CEAS*, n.º 65, jan./fev.
5. GRAF, W. L. (1978) A Lei da Razão em Geomorfologia Fluvial. *Notícia Geomorfológica*, 18 (36), Campinas.
6. LOCZY, L. de (1966) *Contribuições à Paleogeografia e História do Desenvolvimento Geológico da Bacia do Amazonas*. Rio de Janeiro. MME/DNPM.
7. MAURO, C. A. de et alii (1978) *Geomorfologia da Folha SB. 20 — Purus*. In BRASIL-DNPM. Projeto RADAMBRASIL. Rio de Janeiro (Levantamento de Recursos Naturais).
8. PINTO, L. F. (1973) A Rodovia Perimetral Norte: Uma nova Transamazônica, *Geografia e Planejamento*, n.º 10, São Paulo, IG-USP.
9. SIOLI, H. & KLINGE, H. (1964) Solos, tipos de vegetação e águas na Amazônia. *Bol. Geográfico*, 27 (179), Rio de Janeiro.
10. SOUZA, J. M. V. de (1984) *Resumo Histórico de Humaitá*. Humaitá (AM), Casa da Cultura de Humaitá.
11. STERNBERG, H. O. R. (1953) Sismicidade e Morfologia na Amazônia Brasileira. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, 25 (4), Rio de Janeiro.
12. VALVERDE, Orlando (1979) *A Organização do Espaço na Faixa da Transamazônia*. Rio de Janeiro, IBGE.

ABSTRACT

Specialists of many human fields of knowledge have denounced incorrect practice of land use in Amazon. However, development policies adopted by Union, State and Municipalities governments are not in accordance with use of environment so as to establish harmonical life of man with nature. Steadily state of environment existent in Amazon is very recent, dated to the Holocen Time. In Neo-Pleistocene Time, various sectors of the region were exposed to a dry climate, responsible for vegetation of "Campos" (prairies) and "Cerrados" (savanna), isolated in Equatorial Forest. In dry climate periods, planation surfaces developed with small declivity; this turns superficial washing of pluvial and fluvial water difficult. Later, under umid climate, clay-silty soils developed; they cover large parte of Superficial Formations and have been deposited on sedimentaries terciarian rocks. These soils, combined with the small gradient of the rivers, in function of altitudes within 60 and 90m of the Amazon Lowered Highland, turn easier ampliation of flood plains and swamps areas. With building of roads, cutting of Amazon forest and the use of land without the necessary respect to amazonic environmental conditions, steadily state is being broken in various parts, turning erosion action more intensive, with ampliation of areas subjected to flood plains. Indians of the Region have been expelled of their own lands by conquerors, called colonizers that explore that space in search of richnesses. Actions of Federal Government such as INCRA, SUDAM and BASA have absorved development policies that have determined ocupation of the area in the name of National Security. So, men of the plac and environment are desrespected in an example of unconsquent extermination of regional cultural characteristics.